



Fora do Prato!

AESA não respeita precaução e aprova OGM sem garantias

TRANSGÊNICOS NA EUROPA: NEM CIÊNCIA NEM SEGURANÇA

O actual sistema de aprovação de alimentos transgénicos para comercialização na União Europeia está centrado nos pareceres científicos dos cientistas pertencentes ao Painel OGM da Agência Europeia de Segurança Alimentar (AESA). É exclusivamente com base nestes pareceres que a Comissão Europeia legitima as suas aprovações de novos organismos geneticamente modificados - mas infelizmente estes pareceres carecem de rigor científico e de precaução social.

A AESA foi criada em 2002 no âmbito do Regulamento-quadro da segurança alimentar nº178/2002 e tem como função efectuar avaliações independentes e cientificamente fundamentadas. Desde então o Painel OGM já emitiu mais de uma dúzia de pareceres sobre pedidos de comercialização de novos transgénicos, e todos eles foram extremamente favoráveis à indústria. Em todos estes casos houve Estados-Membros que levantaram vozes de preocupação e relutância - mas a AESA concluiu sempre pela segurança absoluta do transgénico em causa. Será a AESA tão independente e credível como a lei prevê?

De acordo com um estudo recentemente publicado pelo grupo Friends of the Earth Europe (e disponível em www.foeeurope.org/GMOs/publications/EFSAreport.pdf) os conflitos de interesse e posicionamentos ambíguos dos cientistas que integram o Painel OGM fazem-se sentir a vários níveis:

- Alguns cientistas têm ligações directas à indústria (por exemplo através de serviços de consultoria).
- Alguns cientistas têm ligações indirectas à indústria (por exemplo através da organização de congressos patrocinados por essas empresas).
- Alguns cientistas colaboram com a indústria ao ponto de aparecerem em vídeos publicitários onde exprimem o seu apoio aos OGM.
- Quase um terço dos cientistas faz também parte das agências nacionais envolvidas em questões de segurança alimentar. Isso significa que já estiveram envolvidos nos processos e já tomaram partido, pelo

que dificilmente poderão posicionar-se posteriormente como avaliadores independentes desses mesmos processos.

- Vários cientistas, incluindo o director do Painel OGM, participaram num projecto europeu de investigação que tinha como objectivo 'facilitar a comercialização de OGM na Europa'. Alguns dos documentos desse projecto têm sido transcritos *ipsis verbis* pelo Painel OGM para os seus pareceres.

- O Painel OGM emitiu um parecer sobre genes de resistência a antibióticos em que, apesar de não haver qualquer justificação para tal, leva em consideração as dificuldades que a indústria pode vir a sentir no caso desses genes serem proibidos em vez de se limitar a identificar impactos no ambiente e na saúde.

- Todos os elementos do Painel têm por obrigação identificar áreas de incerteza, desconhecimento científico ou de divergência com os Estados-Membros para investigação posterior... mas nunca o fizeram.

- Embora previsto explicitamente na legislação, o Painel OGM não exige que os transgénicos sejam avaliados do ponto de vista dos efeitos de longo prazo ou dos seus impactos em gerações futuras.

- o Painel OGM emite os seus pareceres exclusivamente com base nos estudos realizados pela própria empresa, não procurando qualquer validação independente desses resultados.

- Em casos concretos, como a avaliação do milho transgénico MON 863, os Estados-Membros foram quase unânimes em questionar a qualidade dos estudos apresentados pela Monsanto. No entanto o Painel OGM fez tábua rasa das preocupações de especialistas de toda a Europa e considerou que nenhuma das diferenças estatisticamente significativas encontradas entre o milho transgénico e convencional tinha significado biológico... mas sem explicar como conseguiu chegar a tal conclusão ou sequer definir o que é uma variação biologicamente significativa.

- O Painel OGM nunca sentiu necessidade de incorporar o Princípio da Precaução (legalmente previsto) nas suas decisões.

Por tudo isto fica claro que os membros do Painel OGM não apresentam a idoneidade, distanciamento e espírito crítico necessários às funções que ocupam e devem ser afastados: qualquer outra opção compromete a segurança alimentar de que todos dependemos. O Painel OGM deve ser constituído por especialistas em análise de risco e de alternativas, toxicólogos, ecólogos, nutricionistas e médicos, e não por cientistas que dedicaram toda a sua carreira à síntese de novos transgénicos.

Enquanto os Estados-Membros não forcarem tal renovação, qualquer discurso sobre OGM e segurança alimentar apresentado pelos dirigentes da AESA soará a lamentavelmente falso.

Contacto para mais informações: Margarida Silva (91 730 1025)

A Plataforma 'Transgénicos Fora do Prato' é uma estrutura integrada por oito entidades não-governamentais da área do ambiente e agricultura (ATTAC, Associação para a Taxação das Transacções Financeiras para a Ajuda ao Cidadão; AGROBIO, Associação Portuguesa de Agricultura Biológica; CNA, Confederação Nacional da Agricultura; FAPAS, Fundo para a Protecção dos Animais Selvagens; GALA, Grupo de Acção e Intervenção Ambiental; GEOTA, Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente; LPN, Liga para a Protecção da Natureza; QUERCUS, Associação Nacional de Conservação da Natureza; e SALVA, Associação de Produtores em Agricultura Biológica do Sul) e apoiada por dezenas de outras. Para mais informações contactar info@stopogm.net